

CARREIRA DOCENTE EM FOCO

Em assembleia, Diretoria da ADUR-RJ apresenta o Plano de Carreira e Cargo do Professor Federal do ANDES-SN

Por unanimidade, os professores reunidos no 30º Congresso do ANDES-SN (Uberlândia - MG, 2011) aprovaram o *Plano de Carreira e Cargo do Professor Federal*, confeccionado em formato de Projeto de Lei. A proposta foi construída pela base do movimento docente durante o segundo semestre do ano passado.

O Projeto de Lei foi entregue e devidamente protocolado, no final de março, no Ministério da Educação – MEC e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, conforme o plano de luta do Setor das Federais, também aprovado durante o Congresso. No ofício encaminhado ao ministro, os docentes esclarecem que o plano proposto pelo Sindicato Nacional tem por base a atualização e a correção das distorções do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), conquistado em 1987, “unificando o cargo de professor federal sem dispersar em fragmentações inconsistentes com a prática universitária”.

Foi destacado que a principal tônica do PL do ANDES-SN é a valorização do trabalho docente em todos os níveis nas universidades, colégios e institutos federais de ensino. A criação do cargo único de Professor Federal abrangeria todos os níveis, variando em remuneração a partir da formação e regime de trabalho.



FOTO: Leonardo Martins

ASSEMBLEIA DA ADUR-RJ

Na manhã do dia 6 de abril, a Diretoria da ADUR-RJ realizou uma assembleia para apresentar o PL de Carreira do ANDES-SN aos colegas da Universidade. Foram entregues cópias do documento sistematizado pelo Sindicato Nacional. Os professores foram recepcionados com um café da manhã, na sede da ADUR-RJ. Os trabalhos foram presididos pela Profa. Ana Cristina S. dos Santos e secretariados pelo Prof. Victor Cruz Rodrigues. O Prof. Luis Mauro S. Magalhães, que é o 2º Vice-Presidente da Diretoria Nacional do ANDES-SN, também esteve presente.

LEIA MAIS NA PÁGINA 2

LEIA TAMBÉM:

*SPF se unem em Brasília para pressionar o governo, que retoma negociações

Página 3

*MP 520 é inconstitucional, diz Sindicato

Página 4

*Chamada para a publicação na Revista do ANDES-SN

Página 4



A PÁGINA DA ADUR-RJ ESTÁ COM UM NOVO FORMATO. ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR E CONFIRA NOTÍCIAS DE INTERESSE DO MOVIMENTO DOCENTE. VEJA TAMBÉM NOSSOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS.

PLANO DE CARREIRA DOCENTE DO ANDES-SN

FOTO: Leonardo Martins



Ao lado, professores assistem a assembleia da ADUR-RJ, realizada no quiosque da seção sindical, no início de abril.

Segundo eles, a proposta de Carreira construída pelos professores sustenta-se, principalmente, em quatro diretrizes.

A primeira é a carreira única para todos os professores das instituições de ensino superior, independente do nível de ensino a que estejam vinculados.

A segunda é o restabelecimento da isonomia por meio de remuneração única, que agrega o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, eliminando todas as gratificações.

O projeto restabelece a paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada docente dessa parcela da categoria seja reequadrado no mesmo patamar em que estava quando se deu a aposentadoria, garantidos todos os direitos.

Por fim, fixa uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos, o que permite que o professor atinja o topo da carreira em 25 anos. O modelo respeita o direito da professora mulher da educação básica de se aposentar após 25 anos de trabalho, como prevê a legislação, sem prejuízo de seu desenvolvimento na carreira.

O projeto também mantém em 3,1 vezes a diferença salarial entre o início e o topo da carreira, o que significa uma margem equilibrada de renda entre os companheiros da base da categoria.

O Prof. Luis Mauro (*foto ao lado*) disse que é importante que todos somem esforços em defesa do projeto

de carreira do ANDES-SN. Ele sugeriu que o documento seja encaminhado às instâncias superiores da Rural - como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e Conselho Universitário - CONSU para que tomem conhecimento e se manifestem. A ideia é que os órgãos superiores apoiem o projeto de carreira construído pela base do ANDES-SN.

Após a apreciação do assunto, os presentes debateram sobre o ato unificado dos Servidores Públicos Federais (SPF), reunindo representantes de todo o país, em Brasília, nos dias 13 e 14 de abril (**VEJA A PÁGINA AO LADO**). A presidente da ADUR-RJ disse que era essencial fortalecer a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais - CNESF, da qual o ANDES-SN faz parte. O Professor Luis Mauro complementou a observação, lembrando que o governo federal tem buscado fragilizar os trabalhadores públicos por meio de medidas provisórias perigosas. Uma delas é a MP 520, que visa a privatização dos hospitais universitários ao criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (**LEIA MAIS NA PÁGINA 4**).

A outra é o Projeto de Lei nº 549, que prevê o congelamento dos salários dos funcionários públicos por dez anos e ainda ameaça o direito de greve dos trabalhadores. De acordo com o PL 549, os investimentos no setor público serão congelados até o ano de 2019.

Depois de refletirem sobre a gravidade das medidas governistas, a assembleia

também aprovou a participação da ADUR-RJ na luta unificada dos SPF. A Profa. Ana Cristina S. dos Santos foi eleita delegada, pela base da seção sindical, na Plenária Nacional da CNESF, para apoiar os eixos da campanha salarial deste ano dos funcionalismo público. São eles:

- Não ao corte de R\$50 bilhões no orçamento
- Pela manutenção dos investimentos no serviço público
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada dos Projetos de Lei, das Medidas Provisórias, decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PL549/09, PL248/08, PL 92/07, MP 520/09 e demais proposições
- Cumprimento por parte do governo com os acordos firmados com a categoria
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Definição de data-base (1 de maio)
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- Em defesa dos serviços públicos gratuitos e de qualidade.

Posse dos Conselheiros de Representantes da ADUR-RJ

Durante a Assembleia, os membros do Conselho de Representantes da ADUR-RJ tomaram posse. A nominata dos Conselheiros está no site da seção sindical.

Acesse www.adur-rj.org.br

MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Trabalhadores pressionam e governo retoma negociações

Quinze mil servidores públicos federais lotaram a Esplanada dos Ministérios, no dia 13/4, em passeata unificada em defesa dos serviços públicos e contra o arrocho salarial e a retirada de direitos. Eles arrancaram da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Miriam Belchior, a promessa de retomada imediata das negociações, com o agendamento da primeira reunião entre governo e trabalhadores para 18/4. A ADUR-RJ foi representada pela Profa. Ana Cristina dos Santos e pelo Prof. Cícero Pimenteira. Ambos participaram do ato público e também estiveram na Plenária Nacional da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF, ocorrida dia 14/4.

“A grande vitória do movimento dos servidores públicos federais foi construir essa manifestação unitária que mostrou capacidade de lutar para arrancar as suas reivindicações. Nosso desafio, agora, é manter e fazer crescer ainda mais essa mobilização”, destacou a presidente do ANDES-SN, Marina B. Pinto. De acordo com a dirigente, o movimento precisa se manter unido porque, apesar da ministra sinalizar disposição para negociar, ela reafirmou que o ritmo dessa negociação será dado pela capacidade fiscal do governo Dilma. “A reunião de segunda-feira será decisiva para que o governo coloque em prática seu compromisso de negociar com os servidores públicos federais. É necessário que o governo enfrente a pauta e estabeleça uma agenda clara, com prazos definidos. E, para provocar isso, nós sabemos que nós teremos que estar nas ruas”, acrescentou.

A manifestação foi promovida por 26 entidades representativas dos servidores públicos federais, entre elas o ANDES-SN e a CSP-Conlutas. Os servidores, que se concentraram na Praça dos Três Poderes, seguiram em passeata até o MPOG, fechando completamente o trânsito na principal via da capital federal. Às 17:30 horas, a ministra recebeu uma comissão de representantes das entidades. Governo e sindicalistas, entretanto, não avançaram em nenhum ponto da pauta da Campanha Salarial 2011.

Miriam Belchior anunciou a criação, no âmbito do ministério, da Secretaria de Relações Sindicais, que será coordenada pelo ex-secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva. Na segunda-feira, ele já receberá os representantes das entidades dos servidores públicos como representante da nova pasta. “Essa reunião marca um reinício de um processo de negociação interrompido no final do governo Lula”, declarou Duvanier, em entrevista coletiva.

Segundo ele, o governo vai negociar

todos os itens da pauta apresentada pelas categorias de servidores públicos, dentro da sua agenda sindical já pré-definida. O secretário, entretanto, não quis adiantar se o governo manterá projetos que retiram direitos dos servidores públicos, como o Projeto de Lei Complementar 549/09, que congela os salários por dez anos. “Este projeto é de autoria do senador”, justificou, omitindo que o PLP foi apresentado pelo líder da bancada do partido do governo no Senado, senador Romero Jucá, e é cópia de outro PLP apresentado anteriormente pelo próprio executivo, o PLP 001/07.

“Nós achamos positivo que o governo crie organismos que tratem das relações de trabalho com os servidores. Mas, para além da criação da Secretaria de Relações do Trabalho, nós queremos que exista, de fato, negociação coletiva no setor público, algo que não vem ocorrendo nos últimos tempos”, contrapôs o coordenador da CSP-Conlutas, Paulo Barela, que também participou da entrevista coletiva.

De acordo com ele, há um problema muito grave em relação a agenda proposta para



o Congresso. “A reunião foi positiva porque marcou uma abertura. Mas, do ponto de vista das nossas reivindicações, não houve nada de concreto. Em relação à Medida Provisória 520/10, por exemplo, a ministra falou em um tom muito claro que há uma situação de impasse em relação aos hospitais universitários e que, portanto, o governo tende a não retirá-la. E nós acreditamos que essa medida é o caminho para a privatização de vários setores públicos. Portanto, se não conseguirmos barrá-la no governo, tentaremos barrá-la no congresso”.

Luta unitária e negociação conjunta

No dia 14/4, a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais reafirmou a política de unificação do setor para a Campanha Salarial 2011. “Queremos negociar em conjunto, evitando a fragmentação da discussão por categoria, já que essa foi uma experiência ruim que amargamos nos últimos anos”, esclarece a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto. De acordo com ela, a vitória do Ato Público dos SPF em Brasília (DF) demonstrou o acerto da política adotada pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF de insistir na unificação da luta.

Aposta na unidade

“Por decisão da plenária, vamos continuar apostando no fortalecimento da CNESF, na boa relação com outras entidades representantes dos servidores e na ação unitária para a luta”, informa a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto.

Marina acrescentou que a avaliação política dos delegados é que, após o ato, os servidores públicos federais atingiram um novo patamar de mobilização, importante para a luta. “Nós conseguimos ir para a rua e arrancar uma reunião com o governo. Agora, precisamos reforçar a mobilização já alcançada e ampliá-la ainda mais”, exemplifica a dirigente.

Nesse sentido, no próximo dia 28/4, os servidores públicos federais participarão do Dia Nacional de Luta pelos Direitos dos Trabalhadores, que será promovido nos estados, com a participação de servidores públicos locais, trabalhadores do setor privado e do meio rural, além de estudantes e representantes de diferentes movimentos sociais.

Participaram da plenária 104 delegados e 97 observadores de todo o país, além de aproximadamente 100 trabalhadores não credenciados que estavam na capital federal para participar do ato e acompanharam as discussões.

FONTE: ANDES-SN

MP 520, que privatiza hospitais universitários, é inconstitucional ANDES-SN encaminha ao Procurador Geral da República avaliação da assessoria jurídica contra a MP

A Nota Técnica da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, que considera inconstitucional a Medida Provisória 520/2010, já se encontra nas mãos do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O documento foi protocolado no órgão no dia 28/3. Em carta anexa ao documento, o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luís Mauro Sampaio Magalhães, informa ao procurador-geral que, com base no parecer e nas discussões realizadas pela base da categoria docente, o 30º Congresso do ANDES-SN (Uberlândia - 2011), posicionou-se contra a MP 520/2010.

Luís Mauro acrescenta que o ANDES-SN decidiu também implementar e apoiar, em articulação com outras entidades e movimentos sociais, atividades para debater o tema, buscando atuar junto aos parlamentares, procuradores da República e Ministério Público.

Ainda no documento, ele informa que a MP 520/2010 se constitui em tema complexo e já despertou a atenção da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que promove o Seminário para discutir os Aspectos Jurídicos,

Econômicos e Sociais da MP 520 nos dias 5 e 6 de abril de 2011, na sede dessa Procuradoria-Geral.

Privatização

A MP 520, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S. A., foi rejeitada formalmente pelos delegados presentes ao 30º Congresso do ANDES-SN. Na prática, se sair do papel (a MP tramita agora na Câmara dos Deputados), a empresa vai flexibilizar a forma de contratação dos trabalhadores, que poderão ser admitidos não mais pelo regime estatutário, mas sim pela CLT.

O principal argumento utilizado para justificar a criação da empresa relaciona-se à terceirização irregular dos trabalhadores nos hospitais universitários, uma vez que o Tribunal de Contas da União (TCU) havia declarado a ilegalidade da situação de 26 mil contratos nessas unidades em todo o país. Embora à primeira vista a medida pareça significar a resolução do problema, entidades representativas dos trabalhadores em saúde e educação - entre elas, o ANDES-SN - avaliam que



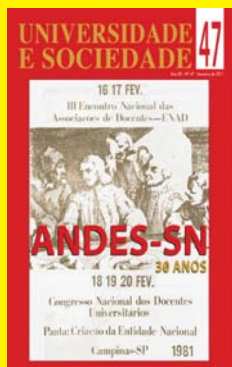
SE SAIR DO PAPEL, A EMPRESA VAI FLEXIBILIZAR A FORMA DE CONTRATAÇÃO DOS TRABALHADORES, QUE PODERÃO SER ADMITIDOS NÃO MAIS PELO REGIME ESTATUTÁRIO, MAS SIM PELA CLT.

a empresa constitui via de privatização do maior sistema hospitalar público brasileiro.

As entidades classistas apontam que a medida choca-se com as necessidades estratégicas de fortalecimento do Estado na promoção da saúde pública, e exigem a recomposição permanente da força de trabalho nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) articulada com sua expansão e a democratização do acesso às instituições.

Fonte: ANDES-SN

ANDES-SN abre prazo para envio de artigos para revista *Universidade & Sociedade*



A revista *Universidade & Sociedade*, editada pelo ANDES-SN, recebe artigos para a publicação de número 48 até o próximo dia 12/5. Ela será lançada na abertura do 56º CONAD, que acontecerá em Maringá, no Paraná, em julho de 2011. O tema da edição, "Política de C&T e Trabalho Docente", foi aprovado pelo plenário do 30º Congresso do Sindicato Nacional (Uberlândia - MG).

"O ANDES-SN defende um projeto de universidade no qual a produção de conhecimento esteja voltada para a solução dos problemas enfrentados pela imensa maioria da população. A luta pela materialização deste projeto requer o combate à lógica dominante que transformou a ciência em mercadoria e a pesquisa científica num grande negócio subordinado aos interesses lucrativos. Pretendemos com este número estimular a análise crítica acerca de como esta questão afeta o fazer universitário na atualidade, para aprimorar as estratégias de enfrentamento", afirma a 1ª vice-presidente da Secretaria Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, Laura Fonseca, que é uma das editaras da publicação.

Segundo ela, a revista aceitará também artigos referentes a outros temas para a seção Debates Contemporâneos. "Aceitaremos artigos referentes aos temas debatidos no nosso Congresso, tais como: a importância da intensificação do trabalho de base junto à categoria docente e da necessidade da ampliação e fortalecimento da aliança com o movimento social classista, autônomo e combativo - instrumentos essenciais para a defesa do projeto sindical defendido pelo ANDES-SN".

A 2ª vice-presidente da Secretaria Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Sônia Lúcio, que também é editora da revista, acrescenta que a chamada é pública. "Portanto, podem escrever todos as pessoas interessadas em contribuir com o debate. Por decisão da diretoria nacional, só não podem enviar artigos os membros da diretoria".

Ainda de acordo com ela, esta revista se reveste de uma importância especial porque irá contribuir para socializar produções acerca de uma temática que afeta de forma substantiva o fazer universitário. "Esperamos com os diversos artigos contribuir para o debate acerca da seguinte questão: a produção de conhecimento científico deve estar destinada a quem?", conclui.

Os artigos devem ser encaminhados para o e-mail andesregsp@uol.com.br.

Fonte: ANDES-SN